

**APRESENTAÇÃO POIÉSIS DOSSIÊ FILOSOFIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**Rejane Schaefer Kalsing¹

O presente número da *Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado*, volta-se para os temas Filosofia da Educação e Filosofia, no intuito de contribuir para a reflexão a respeito dos mesmos, e em especial para o primeiro, o qual, indiscutivelmente, tem recebido menos atenção nas publicações tanto na área da Educação quanto na da Filosofia em nosso país, do que outros temas pertinentes a essas duas áreas.

Porém, essa não foi sempre a realidade a Filosofia da Educação no Brasil, pois, segundo Gallo (2007), na década de 70 do século XX, em função da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação, ela se tornou uma das mais importantes áreas de concentração de pesquisa e de produção bibliográfica. Contudo, nos anos 1990, tal disciplina viveu um momento de tensão devido às reformulações por quais passaram os cursos de Pedagogia e de formação de professores. É que tais reformulações significaram, para a Filosofia da Educação, se não propriamente a sua exclusão, ao menos a drástica redução de sua carga horária nos referidos cursos e, por conseguinte, o seu quase desaparecimento enquanto área de concentração dos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil. Com isso, a grande fecundidade bibliográfica a respeito da Filosofia da Educação dos anos 1970 e 1980 perdeu seu viço. Somente esse breve quadro já parece configurar o momento presente como bastante propício para a discussão sobre tal tema.

Há, ainda, um outro fato a contribuir para isso e que são as discussões em torno do próprio estatuto da Filosofia da Educação, ou seja, do seu sentido e também as discussões em relação aos temas que devem ser abordados tanto no seu ensino quanto em suas pesquisas. Basta, para isso, tomarmos importantes pensadores brasileiros nessa área, como Antonio Severino, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, Sílvio Gallo, Pedro Göergen, entre outros, cujas ideias a esse respeito possuem uma diversidade, a qual, justamente por isso, enriquece o debate e a produção investigativa. Apenas para pincelar, por assim dizer, essa diversidade, referir-se-á uma passagem de Sílvio Gallo, a qual destaca o papel do filósofo da Educação, ele diz, “o filósofo da Educação [...] não é um filósofo qualquer, mas alguém que

¹ ¹ Doutora em Filosofia (UFSC). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

habita o território educacional, que experimenta e vive seus problemas, e cria conceitos para enfrentá-los (Gallo, 2007, p. 281). Somente por aí já se pode perceber o ambiente fecundo dessa área da Filosofia atualmente no Brasil.

Feito esse breve panorama, passar-se-á ao dossiê propriamente dito. Esse dossiê se propõe a discutir diversos temas presentes na Filosofia da Educação, especificamente, bem como outros temas que dizem respeito a Filosofia de um modo geral.

Como primeiro artigo temos **O domínio dos conhecimentos de filosofia necessários ao exercício da cidadania: um exemplo a partir da ética e filosofia política**, do Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra, do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da UFSC. Este texto aborda as alterações significativas que a Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, provocou na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB. É que a referida lei, em primeiro lugar, revogou o inciso III do § 1º do art. 36 da LDB. Tal inciso afirmava que a finalidade da Filosofia e da Sociologia tinha em vista conhecimentos necessários ao exercício da cidadania, finalidade que, na verdade, diz respeito a todas as disciplinas de uma forma geral e, portanto, à educação em geral e não apenas a essas duas disciplinas; como o autor tenta mostrar. Outra alteração significativa, e a mais importante delas, é que a Lei 11.684 de 2008 tornou obrigatórias as disciplinas de Filosofia e de Sociologia em todas as séries do ensino médio.

Tomando esse ponto de partida, o autor pretende apontar, num primeiro momento, para uma determinada concepção de filosofia, a saber, enquanto *análise de conceitos abstratos com importância significativa para a nossa forma de vida* e, num segundo momento, para conteúdos possíveis de serem abordados em Ética e Filosofia Política, áreas essas indispensáveis ao exercício da cidadania, conforme defende, sem prejuízo de outras áreas da Filosofia, como por exemplo, Lógica, Epistemologia, Ontologia, entre outras, as quais também seriam indispensáveis para aquele exercício.

O artigo a seguir é intitulado **Descartes e Rousseau: leituras antagônicas de infância e subjetividade**, de autoria do Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira, do Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Como o próprio título indica, ele pretende apresentar a discussão sobre infância e subjetividade a partir da perspectiva desses dois grandes pensadores modernos, Descartes e Rousseau. Intenta, assim, por um lado, demonstrar as aproximações que existem entre os dois filósofos no que se refere aos conceitos de infância e subjetividade, e, por outro, apontar as diferenças na concepção dessas categorias por parte desses pensadores.

Para tanto, o autor sustenta a ideia que Descartes e Rousseau não partem do mesmo referencial, pois cada um vive um momento específico e diferenciado na História, com suas próprias, específicas inquietações, o que é decisivo para a concepção de infância e a subjetividade de ambos, concepções que herdamos da modernidade, conforme afirma o autor. Esse artigo, como ele observa, se trata de uma pesquisa bibliográfica, a qual é parte integrante da pesquisa de doutorado, curso esse que já foi concluído, e sua abordagem metodológica é hermenêutica, a qual procura, com isso, apresentar as potencialidades dessas categorias para o entendimento da educação moderna.

O terceiro artigo referente à Filosofia da Educação chama-se **A educação natural enquanto fundamento filosófico para educação de *Lucílio* e *Emílio***, do doutorando em Educação pela UNISINOS, o Prof. Almir Paulo dos Santos. O texto intenta fazer uma aproximação entre a obra **Emílio**, do filósofo moderno Rousseau, com a obra **Cartas a Lucílio**, do filósofo antigo Sêneca. Para tanto, o autor procura conectar o sentido ético de condição humana a uma ordem natural. É que o núcleo da educação natural do **Emílio**, de acordo com Almir, repousaria no fortalecimento do corpo e no refinamento dos sentidos e, para justificá-lo, Rousseau teria recorrido à tradição antiga, ao ter incorporado em seu projeto de educação aspectos ético-cosmológicos dessa tradição.

Já Sêneca, por sua vez, segundo o autor, compreende que o ser humano participa pela virtude e moralidade da ordem das coisas, ordenado pela condição natural. A partir dessas duas perspectivas, a natureza tornar-se-ia a questão central, tanto para Rousseau em seu **Emílio**, quanto para Sêneca, em suas **Cartas a Lucílio**. Pois o autodomínio é condição fundamental tanto para inserir-se a si mesmo na ordem das coisas, quanto para enfrentar os vícios que corrompem a alma humana.

O quarto artigo intitula-se **A modernidade diante do problema do conhecimento** e é do Prof. Dr. Rogério José Schuck, professor da UNIVATES, de Lajeado/RS. Esse texto divide-se em duas partes, a primeira inicia procurando levantar a discussão da verdade com a Teoria do Conhecimento, para, a seguir, identificar limites internos da pretensão moderna em relação ao conhecimento. Conforme o autor, a perspectiva moderna de construção do conhecimento teria trazido enormes benefícios à humanidade. Por outro lado, no entanto, teria trazido a pretensão de onipotência da razão humana, pretensão que seria crescente, e que buscaria na ciência as respostas a todos os questionamentos do ser humano. Esse modelo de construção do saber, conforme Schuck, reivindica o *status* de modelo por

excelência na construção do conhecimento, conhecimento esse que seria o resultado de um ato objetificador do pensar.

Na segunda parte, o texto procura discutir o aumento das críticas que esse tal modelo de conhecimento tem recebido na contemporaneidade, em função de se perceber que ele não consegue dar conta de seus pressupostos, ou seja, do apregoado domínio da razão sobre a totalidade do saber. Como consequência, surgiriam condições de reflexão a respeito de um novo saber, à base da questão da apropriação da tradição que, transportando-se para um contexto educacional, remeteria a uma expectativa de superação de tais limites.

Já o artigo **Da ética do dever-ser a ética do diálogo**, dos professores doutores Wellington Lima Amorim, da UFMA, e Sérgio Ricardo Gacki, da CESUCA, de Cachoeirinha/RS, objetiva demonstrar a aparente contradição do pensamento hegeliano. Os autores afirmam que Hegel tentou unir a *substância* de Espinosa com o *Eu* de Kant, o que designa necessidade e contingência, propondo um operador modal mais fraco, isto é, um dever-ser cósmico mais fraco que o dever-ser kantiano; projeto esse inacabado. Esse operador perpassaria todo o sistema hegeliano mas, segundo os autores, não resolveria a questão.

No entanto, a reflexão sobre esta problemática conduz, de acordo com eles, ao conceito de uma ética do diálogo em Gadamer, a qual pode nos levar em direção a uma estrutura ética intersubjetiva. Tal questão é postulada *ab initio* no sentido de justificar o caminho da argumentação tomada pelos autores, os quais entendem que, ao se reconhecer essa dimensão de encontro do humano, o diálogo hermenêutico pode ser tomado como o cerne da estrutura ética. Conforme os autores, em Gadamer existe um convite para um reconhecimento do diálogo e no horizonte da perspectiva hermenêutica, ele se constitui em uma práxis e, como tal, em uma postura fundamentalmente ética.

O último artigo do presente dossiê é intitulado **A concepção de virtude em Kant**, da autora Berta Rieg Scherer, doutora em Filosofia pela UFSC. Esse artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre o conceito de virtude em Immanuel Kant, filósofo do século XVIII. Como ponto de partida para tal, a autora pretende estabelecer a diferença entre a doutrina do direito e a doutrina da virtude. Em seguida ela aborda, dentre outros pontos, os princípios universais da metafísica dos costumes no tratamento de uma doutrina pura da virtude e a diferença entre a doutrina da virtude e os deveres da virtude.

O artigo apresenta também a concepção de Kant a respeito da prática da virtude, entendida como um hábito moral, hábito porém que se distingue, em Kant, do hábito por repetição irrefletida das ações. Por fim, o texto se refere às semelhanças entre o conceito de uma vontade boa e o de virtude e enfatiza a importância dessa vontade boa para a prática da lei moral em Kant.

Na seção Resenha desta revista, este dossiê apresenta também uma resenha, da doutora em Educação Andrea Möllmann, a respeito da obra **Autocriação e horizonte comum: ensaios sobre educação ético-estética**, da filósofa Nadja Hermann; livro esse publicado pela Editora Unijuí em 2010 e que faz parte da *Coleção Fronteiras da Educação*. Conforme a resenhista, o tema central dessa obra delinea-se em torno de duas questões, a primeira, diz respeito às decisões morais do indivíduo no mundo contemporâneo sem a universalidade proveniente da tradição e a segunda, em que sentido uma educação ético-estética pode possibilitar o alívio da tensão entre autocriação e uma certa normatividade que ultrapasse o próprio sujeito.

De acordo com Andrea Möllmann, o livro inicia com uma provocação à reflexão sobre o equívoco da separação dos domínios da ética e da estética e desafia seus leitores a pensarem uma educação que vise esse resgate, isto é, a união entre razão e sensibilidade. Além disso, através de uma articulação entre pensadores clássicos e trechos de obras literárias, o livro intenta chamar a atenção para a verdade contida na experiência estética e reconstruir a possibilidade de um redimensionamento da tolerância a partir da experiência da diferença e de seu entrelaçamento com a educação num contexto pluralista.

Por fim, na seção Entrevista da Revista, o dossiê encerra com uma entrevista, feita por mim (Rejane Schaefer Kalsing) ao Prof. Dr. Thomas Kesselring, Doutor em Filosofia pela *Universität Heidelberg/Alemanha* (1979) e Livre Docente pela *Freie Universität Berlin/Alemanha* (1987), que é professor na *Paedagogische Hochschule Bern* e *Privatdozent* na *Universität Bern*. Nessa entrevista, Kesselring fala sobre o motivo que o levou a escolher estudar filosofia, o qual, como se pode adiantar um pouquinho, resultou do fato de que tinha interesse em questionar tudo e em descobrir diferentes relações entre as várias disciplinas. Ele disserta também sobre quais são seus principais interesses, dentro e fora da filosofia, sobre as suas mais recentes publicações como “*Ethik der Entwicklungspolitik: Gerechtigkeit im Zeitalter der Globalisierung*” (publicado no Brasil como **Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização**. 2007) e **Manual de ética para**

pedagogos, este, seu livro mais recente, e, ainda, explana sobre sua percepção da educação no mundo atual e sobre suas perspectivas para a educação; interesses esses voltados, por assim dizer, à Filosofia da Educação.

A todos uma boa leitura!

A organizadora.